# A INTERSECCIONALIDADE ENTRE RAÇA, CLASSE E GÊNERO NA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DE ÂNGELA DAVIS

**Leliane Marques dos Santos**
Universidade Mauricio de Nassau, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0009-4861-9850
Endereço eletrônico: leyle.marques.direito@gmail.com

**Linauro Pereira de Souza Neto**
Universidade Mauricio de Nassau, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1226-7382
Endereço eletrônico:linauro@yahoo.com.br

**Palavras-chave:** Mulheres negras; Interseccionalidade; Angela Davis; vulnerabilidade.

## INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido objetiva apresentar os resultados parciais de uma pesquisa em andamento sobre a interseccionalidade entre raça, classe e gênero na análise sociológica de Angela Davis. A interseccionalidade consiste na sobreposição de fatores sociais que moldam a identidade de uma pessoa, impactando diretamente sua posição na sociedade e suas oportunidades de acesso a direitos. A perspectiva interseccional possibilita uma análise mais ampla das desigualdades sociais, considerando aspectos como raça, gênero e classe. Nesse sentido, constitui um importante instrumento para a elaboração de políticas públicas voltadas à concretização da igualdade material (BRASIL, 1988).

A compreensão das desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras exige uma análise que considere a articulação entre diferentes marcadores sociais. Segundo Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos compreender a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias e o fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras (2002). A leitura da obra "Mulheres, Raça e Classe" (2016), de Angela Davis, suscita uma reflexão profunda sobre a condição das mulheres negras durante o período da escravatura e, ao mesmo tempo, desperta a percepção de que muitas das desigualdades retratadas ainda se fazem

presentes na sociedade brasileira. Embora a Lei Áurea, promulgada em 13 de maio de 1888, tenha abolido formalmente a escravidão, a realidade social demonstra que seus efeitos persistem (BRASIL, 1888). Ao percorrer as páginas da obra, emerge a sensação de que as mulheres negras continuam enfrentando desafios para ocupar espaços de igualdade em uma sociedade ainda marcada por estruturas machistas, racistas e excludentes

De acordo Werneck, as mulheres negras são profundamente afetadas pelo racismo patriarcal, estrutura que produz desigualdades simultaneamente raciais e de gênero, através de duas linhas de desigualdade; uma que separa as mulheres negras das mulheres brancas, quando se fala em oportunidades e acesso à direitos e outra que diferencia mulheres e homens dentro do mesmo contexto social (2010). As mulheres negras sempre estão ocupando uma posição de vulnerabilidade social maior que os demais grupos, isso está diretamente relacionado a questões de acesso à educação, mercado de trabalho, produções científicas e a espaços de poder.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa possui caráter qualitativo, fundamentando-se na análise bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da obra "Mulheres, Raça e Classe" (2016), de Angela Davis, bem como de produções acadêmicas relacionadas às discussões sobre interseccionalidade, relações raciais e gênero. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador ampliar a compreensão do fenômeno estudado por meio da análise de materiais já elaborados, como livros, artigos científicos e publicações especializadas. Além disso, foram utilizados documentos e dados estatísticos produzidos por órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e por instituições voltadas ao estudo das desigualdades sociais, com o objetivo de contextualizar a realidade das mulheres negras na sociedade brasileira contemporânea. Para a análise do material coletado, adotou-se a técnica de análise documental, buscando identificar as relações entre raça, classe e gênero na produção e reprodução das desigualdades sociais enfrentadas pelas mulheres negras.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atualidade do pensamento de Angela Davis pode ser observada por meio de indicadores sociais brasileiros. Embora as mulheres negras representem uma parcela significativa da população, elas continuam ocupando posições de maior vulnerabilidade social quando comparadas a homens brancos e negros e mulheres brancas. De acordo com dados apresentados no Relatório de Transparência Salarial e Igualdade, a remuneração média de mulheres negras, de R$ 3.026,66, é bastante inferior à de homens não negros, que alcança a média de R$ 6.560,02 (BRASIL, 2025b).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento de Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o Brasil tem cerca de 6 milhões de Trabalhadoras Domésticas Remuneradas (TDR), mulheres oriundas de família de baixa renda (cerca de 90%), sendo que 66% delas são mulheres negras, com salários baixos e falta de proteção (BRASIL/MDS, 2025a). Quando se fala em vínculo formal, o número é assustador, principalmente, na Região Nordeste, onde menos de 15% das trabalhadoras domésticas tem carteira assinada, de acordo com o levantamento realizado pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e pela Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas (FITH), com apoio do MDS, junto a 665 trabalhadoras domésticas. Na pesquisa, as participantes apontaram desafios enfrentados relacionados às condições de trabalho, cuidado e acesso a direitos (BRASIL, 2025a).

Os dados apresentados reforçam a atualidade das reflexões de Angela Davis acerca da interseccionalidade. Ao analisar a condição das mulheres negras, a autora demonstra que os efeitos do racismo, do sexismo e das desigualdades de classe se acumulam, produzindo formas específicas de vulnerabilidade social. Assim, a significativa presença de mulheres negras no trabalho doméstico evidencia como essas múltiplas estruturas de opressão influenciam suas trajetórias profissionais e suas possibilidades de ascensão social. Mesmo desempenhando um papel essencial na manutenção da vida familiar e social, as mulheres negras ainda enfrentam condições de trabalho marcadas pela precarização, baixa remuneração e extensas jornadas. O tempo disponível para o autocuidado, a qualificação profissional e o acompanhamento de suas próprias famílias é reduzido ou inexistente. Além disso, a permanência de desigualdades estruturais que, conforme a perspectiva de Davis, resultam da

articulação entre raça, gênero e classe, impõe às mulheres negras obstáculos que ultrapassam a esfera profissional e impactam diversas dimensões de suas vidas.

As desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras estão entrelaçadas pela raça, gênero e classe. Mesmo diante de avanços sociais e econômicos dos últimos anos, as mulheres negras continuam em posições mais vulneráveis, conforme apontado pelo Índice de Justiça Econômica Racial, esse grupo permanece abaixo da média nacional em todos os anos analisados, revelando uma condição estrutural de desvantagem que se mantém ao longo do tempo (NUPEMN, 2026). No ano de 2016, por exemplo, a renda domiciliar *per capita* (valor médio por pessoa no domicílio) das mulheres negras era de R$ 862,98, enquanto a dos homens brancos chegava a R$ 1.821,55**.** O estudo evidencia ainda que as mulheres brasileiras recebem 78% da renda dos homens. Entre as mulheres negras, porém, esse percentual cai para 59%. No geral, pessoas brancas têm, em média, rendimentos 87% maiores do que pessoas negras no país (NUPEMN, 2026).

Entre os anos de 2016 a 2023, a pesquisa reforça que a permanência das mulheres negras abaixo da média nacional de justiça econômica reforça a atualidade das reflexões de Angela Davis, ao demonstrar que raça, gênero e classe continuam atuando de forma interligada na produção de desigualdades (NUPEMN, 2026). Assim, mesmo diante de melhorias gerais nas condições de vida da população, as mulheres negras seguem sendo o grupo mais afetado pelas barreiras estruturais que limitam o acesso a direitos e oportunidades. Os resultados parciais encontrados pela pesquisa em andamento, sobre a interseccionalidade entre raça, classe e gênero na análise sociológica de Angela Davis, apontam que, no capitalismo, a escravização das mulheres negras tendencialmente as colocou no caminho do trabalho doméstico e da precariedade e que a socialização das tarefas domésticas, pressupõe "colocar um fim ao domínio do desejo de lucro sobre a economia" (2016, p. 229).

## CONCLUSÕES

Ainda que seja uma pesquisa em desenvolvimento, a análise da obra "Mulheres, Raça e Classe" de Angela Davis permitiu-nos compreender, até o presente momento, que as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras não decorrem de um único fator, mas da articulação entre diferentes estruturas de opressão. A partir da perspectiva interseccional,

observou-se que racismo, sexismo e desigualdades econômicas atuam conjuntamente na produção e manutenção de situações de vulnerabilidade social. Além disso, que, mesmo diante de melhorias gerais nas condições de vida da população, as mulheres negras seguem sendo o grupo mais afetado pelas barreiras estruturais que limitam o acesso a direitos, oportunidades e reconhecimento social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Rio de Janeiro, RJ: 1888.

BRASIL. MDS. **Estudo revela desigualdades regionais e exaustão crônica entre trabalhadoras domésticas no Brasil.** Brasília: 2025a. Disp.: <https://encurtador.com.br/orQl>. Acesso: 29 jun. 2026.

BRASIL. MTE. **Relatório de Transparência Salarial**. Dados extraídos de eSocial e RAIS. Brasília: dez. 2025b.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela Davis. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

WERNECK, Jurema**.** Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1 - mar-jun de 2010.

NUPEMN - NÚCLEO DE PESQUISA E MEMÓRIA DA MULHER NEGRA. **Justiça econômica no Brasil tem raça e gênero: um retrato das desigualdades no país.** In: Índice de Justiça Econômica Racial (IJER): uma métrica interseccional para revelar desigualdades estruturais no Brasil. São Paulo: NUPEMN, 2026.